



Monografia de Especialização

**CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO – UMA
EXPERIÊNCIA EM ANDAMENTO NA ESCOLA ESTADUAL
DE ENSINO FUNDAMENTAL LEONARDO KURTZ**

Alvacir da Silva Bolzan

NAEES / CE

**Curso de Especialização em Educação com ênfase em
Gestão Educacional**

SANTA MARIA, RS, BRASIL

2005

CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO – UMA
EXPERIÊNCIA EM ANDAMENTO NA ESCOLA ESTADUAL
DE ENSINO FUNDAMENTAL LEONARDO KURTZ

por

Alvacir da Silva Bolzan

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação “Latu
Sensu” em Gestão Educacional, do Centro de Educação da
Universidade Federal de Santa Maria (RS), como requisito parcial
para obtenção do grau de **Especialista em Gestão Educacional**.

NAEES / CE

SANTA MARIA, RS, BRASIL

2005

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Programa de Pós-Graduação em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO – UMA
EXPERIÊNCIA EM ANDAMENTO NA ESCOLA
ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL
LEONARDO KURTZ**

elaborada por
Alvacir da Silva Bolzan

como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Clovis Renan Jacques Guterres
(Presidente/Orientador)

Claudio Emelson Guimarains Dutra

José Luiz Padilha Damilano

Santa Maria, 31 de março de 2005.

**Eu fico com a pureza da resposta das crianças
É a vida, é bonita e é bonita
Viver, e não ter a vergonha de ser feliz
Cantar e cantar e cantar
A beleza de ser um eterno aprendiz
Ah, meu Deus, eu sei, eu sei
Que a vida devia ser bem melhor e será
Mas isso não impede que eu repita
É bonita, é bonita e é bonita.**

(Gonzaguinha)

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....	i
AGRADECIMENTOS.....	ii
LISTA DE TABELAS.....	iii
LISTA DE FIGURAS.....	iv
LISTA DE ANEXOS.....	v
RESUMO.....	vi
ABSTRACT.....	vii
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I.....	4
1. REFERENCIAL TEÓRICO.....	4
1.1. Gestão democrática na escola pública.....	4
1.2. A identidade da escola – proposta pedagógica.....	9
1.3. A avaliação.....	12
1.4. Conselho de classe.....	16
CAPÍTULO II.....	23
2. DESCREVENDO O CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO NA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL LEONARDO KURTZ.....	23
CAPÍTULO III.....	28
3. UM ESTUDO DE CASO.....	28
3.1. Contextualização da escola.....	28
3.2. Considerações metodológicas.....	33
3.3. Análise dos dados coletados.....	36
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	48
6. ANEXOS.....	51

DEDICATÓRIA

Algumas pessoas marcam a nossa vida para sempre, umas porque nos vão ajudando na construção, outras porque nos apresentam projetos de sonho e nos desafiam a construí-los.

Dedico este trabalho à memória de duas pessoas que, sem o saberem (?), muito para ele contribuíram.

Ao meu Pai, 2º ano do primário, exemplo vivo de que escola não é sinônimo de educação. Por me ter mostrado isso mesmo e muito mais.

A minha mãe, meu primeiro modelo de professora. Por sua *culpa*, vislumbrei um ideal nesta profissão, mas... poucos foram como ela.

Aos dois, o meu muito obrigada.

Deus abençoe vocês!

AGRADECIMENTOS

As experiências por mim vividas e que resultaram nas idéias que aqui exponho foram marcadas pela presença e participação de muitas pessoas. Assim, agradeço profundamente:

A Deus, por nunca ter me deixado nos momentos difíceis e por ter me permitido chegar até aqui.

Ao Gilso, meu esposo e as nossas filhas Camila e Taís, pelo amor, compreensão, apoio e incentivo na realização deste sonho. No mérito de minhas conquistas há muito da presença de vocês.

Às minhas irmãs: Mônica, Flávia e Walkíria, pela palavra amiga, a mão estendida, o sorriso franco.

Ao Professor Clovis Guterres, pela paciência de uma revisão crítica, cuidadosa, imprescindível. Sou grata pelo privilégio de compartilhar sua sabedoria, na condição de aprendiz, assim como de usufruir seu estímulo e de sua disponibilidade.

À direção, professores, funcionários, pais e alunos da Escola Estadual de Ensino Fundamental Leonardo Kurtz, sou imensamente grata por terem interagido de perto comigo, trazendo-me inestimável fonte de conhecimento.

A todos os professores da UFSM, com os quais tive a oportunidade e o prazer de aprender.

Aos colegas, pela busca dos mesmos objetivos, por partilharmos dos mesmos sonhos, pela luta contra os mesmos obstáculos, pelas dificuldades vencidas. Pelos sorrisos, pelas lágrimas, pelo companheirismo. . .

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – Participação da Comunidade Escolar – 2001.....	26
TABELA 02 – Participação da Comunidade Escolar – 2002.....	26
TABELA 03 – Participação da Comunidade Escolar – 2003.....	26
TABELA 04 – Participação da Comunidade Escolar – 2004.....	27

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – Gráfico referente a participação dos segmentos da Escola no período de 2001 a 2004.....	27
--	----

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A - Instrumento de coleta de dados: entrevista com pais e alunos.....	52
ANEXO B - Instrumento de coleta de dados: entrevista com professores.....	53
ANEXO C - Instrumento de coleta de dados: entrevista com funcionários.....	54

RESUMO

Monografia de Especialização
Especialização em Educação - Ênfase: Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil.

CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO – UMA EXPERIÊNCIA EM ANDAMENTO NA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL LEONARDO KURTZ

Autora: Alvacir da Silva Bolzan

Orientador: Clovis Renan Jacques Guterres

Data e local da defesa: Santa Maria, 31 de março de 2005.

Este trabalho se refere às interações havidas em uma escola estadual de ensino fundamental, do município de São Sepé, que levaram a efeito a elaboração coletiva de um Conselho de Classe Participativo. A proposta nasceu a partir da verificação de que os moldes sobre os quais o Conselho de Classe era realizado não mais atingiam as expectativas pedagógicas dimensionadas pelos profissionais da educação envolvidos no processo. Como estudo de caso, desenvolveu-se no ano de 2004, através de entrevistas, questionários, observações, análise de documentos e ilustrações empíricas que nortearam a elaboração coletiva que levou a Comunidade Escolar a constituir esse Conselho de Classe Participativo. Os resultados obtidos foram satisfatórios, considerando que as oportunidades de obter melhores resultados são ainda maiores com a efetiva participação de toda Comunidade Escolar.

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Especialização em Educação - Ênfase: Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil.

**CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO – UMA
EXPERIÊNCIA EM ANDAMENTO NA ESCOLA ESTADUAL
DE ENSINO FUNDAMENTAL LEONARDO KURTZ**

Autora: Alvacir da Silva Bolzan

Orientador: Clovis Renan Jacques Guterres

Data e local da defesa: Santa Maria, 31 de março de 2005.

This work refers to interactions happened in a State School of Fundamental Education in the municipality of São Sepé that realized the collective elaboration of a Participate Class Council. The proposition appeared of the verification of the patterns about as the Class Council was achieved didn't attain the measured pedagogic expectation by the professionals of education involved in the process. As study of case, it was developed, in the year 2004, through interviews, questionaries, observations, analysis of documents and empiric illustrations that guided the collective elaboration that leded the School Community to constitute this Participate Class Council. The results obtained were satisfactory, considering that the opportunities to obtain the best results are just greater with the effective participation of School Community.

INTRODUÇÃO

Frente às desigualdades impostas pelas políticas neoliberais que afetam à educação, cabe às instituições escolares buscar alternativas para a superação dos problemas educacionais com vistas à melhoria da qualidade de ensino.

Chamada a rever suas práticas, a escola, encontra-se, hoje, num processo dinâmico de renovação, na tentativa de se adequar aos novos tempos. Entretanto, mudanças de toda ordem têm-se apresentado como um rol de possibilidades, em âmbito mundial, para aqueles que vivem a instituição em seu cotidiano, e dúvidas, incertezas, descrenças, resistências, entusiasmos, desejos e dificuldades tornaram-se sentimentos freqüentes entre os gestores, os docentes e toda a comunidade escolar, misturados com a expectativa de novas possibilidades para o desenvolvimento do trabalho educativo.

Diante disso, os estudos aqui apresentados inserem-se nas discussões das possibilidades de construção de uma prática pedagógica dinâmica e democrática. O pressuposto básico que norteia todo o trabalho é o de que a apropriação da escola pelos sujeitos que a constituem, segundo uma concepção crítica de educação, passa necessariamente pela apropriação crítica de suas relações sociais, processo que se dá por meio de lutas pela conquista do controle da organização de seu trabalho.

Este estudo apoiou-se na idéia de que a Proposta Pedagógica é a própria organização do trabalho pedagógico da escola. Partindo desse entendimento, buscou-se analisar em uma escola pública, de ensino

fundamental, do município de São Sepé, a instância Conselho de Classe.

Para atender a esse objetivo, adotaram-se procedimentos de coleta de dados da abordagem qualitativa. Foram entrevistados seis professores, oito alunos, dois funcionários e quatro pais de alunos. Procurou-se captar as concepções de cada um desses segmentos. Também observaram-se eventos ordinários e extraordinários ocorridos na escola, tais como: reuniões administrativas e pedagógicas, Conselhos de Classe, reunião de professores, reunião de pais, Mostra de Trabalhos, Palestras e culminância de projetos. Foram também analisados documentos da escola, para conhecer a organização do trabalho pedagógico e a concepção de avaliação.

Como aporte para a análise de dados, optou-se por um referencial teórico baseado em autores que abordam as categorias Gestão Democrática, Proposta Pedagógica e Avaliação.

O Capítulo I, intitulado Referencial Teórico, foi organizado em quatro partes: na primeira “Gestão democrática na escola pública”, procuramos mostrar que autonomia, comprometimento e responsabilidade consistem na principal estratégia para a melhoria da qualidade da educação pública.

Na segunda parte: “A identidade da escola – Proposta Pedagógica”, ressaltamos a importância do trabalho coletivo da Comunidade Escolar.

Procuramos mostrar em “Avaliação”, na terceira parte desse trabalho, a necessidade da mesma ser entendida por todos como forma de verificação da aprendizagem para a construção de novas alternativas.

Na quarta parte tomamos a instância “Conselho de Classe”, como um processo coletivo de reflexão.

No Capítulo II, descrevemos o “Conselho de Classe Participativo na Escola Estadual de Ensino Fundamental Leonardo Kurtz”.

“Um estudo de caso”, no Capítulo III, foi organizado em três partes: “Contextualização da escola”, “Considerações Metodológicas” e “Análise dos dados coletados”. Aqui, discutimos as relações sociais na escola, sua contextualização e tomamos a instância Conselho de Classe Participativo como objeto central de análise para o desenvolvimento desse estudo.

Verificamos a necessidade de investigar as condições objetivas e subjetivas nas quais o Conselho de Classe tem se realizado, tentando analisar os determinantes de sua prática e verificar as rupturas possíveis que poderiam levar ao desenvolvimento de relações sociais de cunho transformador.

CAPÍTULO I

1. REFERENCIAL TEÓRICO

1.1. Gestão democrática na escola pública

Antes de ser sancionada a Lei n° 9394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96), a gestão democrática do ensino já estava garantida no Brasil pela Constituição Brasileira de 1988, no seu artigo 206, inciso VI “gestão democrática do ensino público na forma da lei”.

A LDB/96, que trata deste tema (art.3º, inciso VIII, “gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos Sistemas de Ensino”) e da autonomia (art. 15 “Os Sistemas de Ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira. Observadas as normas gerais de direito financeiro público”), o debate intensificou-se e alguns Estados aceleraram a discussão e aprovaram suas leis de sistema.

Analisando a Constituição Federal de 1988, o Plano Decenal de Educação, a LDB/96, e algumas Medidas Provisórias, percebe-se que houve relativo ou considerável aumento nos índices de alfabetização e matrículas na educação básica, ocasionada pelo constante chamamento do governo para que todos freqüentem as escolas e nelas permaneçam. Mesmo assim, problemas como evasão, repetência e analfabetismo ainda estão muito longe de serem erradicados.

Estes instrumentos legais permitiram a discussão tanto da comunidade como dos profissionais de educação de que a construção de um

processo de gestão democrática é tarefa política dos administradores públicos em conjunto com a comunidade. Não há receita de gestão democrática, ela acontece de acordo com os ideais políticos e culturais em que está inserida cada instituição pública.

A gestão democrática da educação, na complexidade do mundo atual, implica colocar a educação a serviço de novas finalidades, a fim de criar novas tentativas de superar o quadro de caos em que vivemos, construir um futuro mais comprometido com toda a humanidade.

A idéia da gestão contém a concepção de coordenação e de participação, portanto é tarefa de todos: governo, família, sociedade, escola, entendendo-se que gestão democrática é gestão colegiada e que é necessária a presença da sociedade organizada na escola, participando e acompanhando seus resultados.

Nesse processo, a gestão escolar não surge por geração espontânea. É um processo em construção, produto de gestores educativos que exercitam adequadamente suas habilidades, compromissos, competências, responsabilidades e liderança para melhorar e mudar a situação, procedendo à constante revisão e adaptação do que está acontecendo. Isso requer uma comunicação mais livre, não só entre as escolas e o sistema, mas entre as escolas, no interior das mesmas e no envolvimento da comunidade.

As mudanças nos processos de produção, as necessidades impostas por um novo modelo de sociedade contemporânea, decorrentes do avanço do conhecimento, da informação e da tecnologia, têm determinado mudanças significativas nas abordagens e práticas da gestão. Aliados a esse processo, a mobilização social e as conquistas de níveis

mais promissores de democratização, determinam cada vez mais a participação da população nos processos decisórios e no controle social dos resultados dos serviços públicos.

O modelo de gestão escolar existente vem resgatando resultados educacionais de baixa qualidade. A reprovação ainda é muito elevada, a repetência provoca a evasão e essas são algumas das expressões da desmotivação e a baixa auto-estima, decorrentes da pouca eficiência do ensino.

Desse modo, as demandas por melhores resultados educativos, cada vez mais compatíveis com o exercício de uma cidadania plena, constituem questão crucial para os sistemas educacionais e questão central para as escolas, reconhecidas como foco das políticas educativas.

A gestão escolar, assim, ganha relevância e caráter substantivo, como instrumento capaz de propiciar variados meios e estratégias para o alcance da qualidade e equidade dos sistemas e para cumprir a função social de assegurar a eficiência de seus processos e resultados, pelo melhor desempenho da aprendizagem de seus alunos.

À medida que as competências e responsabilidades estão sendo melhor distribuídas entre as diferentes esferas administrativas, aumentam as exigências para os gestores das redes de ensino.

A promoção da autonomia da escola, presente hoje, como uma das principais estratégias de melhoria da qualidade da educação pública, atribui aos gestores, à comunidade escolar e à sociedade, importantes e novos papéis, responsabilidades na coordenação das ações para

alcançar os objetivos definidos e requerer liderança centrada na competência, legitimidade e credibilidade.

A gestão democrática tem como objetivo comum integrar o trabalho escolar entre direção, professores, alunos e comunidade na busca pela melhoria da qualidade do ensino, utilizando os mais variados procedimentos junto aos conhecimentos que correspondam aos anseios das crianças, jovens e adultos, sem que se perca a serenidade que deve existir na escola e o compromisso de cada um no processo de ensinar e aprender, tendo como produto final a educação.

O principal desafio da gestão escolar consiste em promover um novo tipo de liderança, motivada, com a capacidade de diálogo, que alie uma sólida base conceitual e prática sobre a gestão da educação, trabalhe com as desigualdades, medie avanços e conflitos, facilite a interação entre os segmentos da comunidade escolar e as representações sociais, e, sobretudo, tome decisões que visem à melhoria e elevação do padrão dos resultados da aprendizagem dos alunos.

Para atingir um padrão de qualidade na educação não basta garantir que todos tenham escola, e nem dar merenda, transporte, livros e alimentação como são distribuídos nos programas de governo. É preciso muito mais, o que implica, necessariamente, num comprometimento total com o ser humano inserido num grupo social, participando e fazendo a história acontecer. Uma educação elaborada por técnicos em gabinetes, afastada do princípio da participação e conhecimento da realidade, corre o risco de tornar-se um mero instrumento de manutenção e reprodução do poder instituído, com políticas vazias e fantasiosas.

A LDB/96 surge para dar início ao resgate da enorme dívida social. Compromete-se com o fim dos problemas que mais assolam a educação nacional, que são o analfabetismo, a evasão e a repetência, entre outros. Para isso, a LDB/96 vem dando abertura aos estabelecimentos de ensino para que elaborem, dentro de sua realidade, sua própria proposta pedagógica, acreditando que, se construída por pessoas envolvidas diretamente com o processo pedagógico possa se encontrar mais facilmente os meios que levem à superação de suas necessidades.

A LDB/96 vigente, em seu Art. 12, assim se expressa em relação a essa incumbência, principalmente no que diz respeito à função dos estabelecimentos de ensino:

Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I – elaborar sua própria proposta pedagógica;

VI – articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

VII – informar os pais e os responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica.

1.2. A identidade da escola - proposta pedagógica

A partir dos anos 80, a escola vai sendo identificada como um importante espaço na concretização das políticas educativas, deixando de ser um mero prolongamento da administração central. Com isso se reconhece que cada escola é “uma organização social, inserida num contexto local, com uma identidade e cultura próprias, um espaço de autonomia a construir e descobrir, susceptível de se materializar num projeto educativo”. (CANÁRIO apud VASCONCELOS, 1998 p.107).

Segundo Vasconcelos (1999), a Proposta Pedagógica pode ser entendida como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planeamento participativo, que se aperfeiçoa e se objetiva na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. Trata-se de um importante caminho para a construção da identidade da escola. Visa ajudar a enfrentar os desafios cotidianos, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica, científica, e, o que é essencial, participativa. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação, na medida em que expressa o compromisso do grupo com uma caminhada.

A Proposta Pedagógica tem uma importante contribuição no sentido de ajudar a conquistar e consolidar a autonomia da escola, de tal forma que se possa criar um clima, onde os professores e equipe sintam-se responsáveis por aquilo que lá acontece, inclusive em relação ao desenvolvimento dos alunos. De certa forma, é o projeto que vai articular, no interior da escola, a tensa vivência da descentralização,

que é o perigo de se cair no individualismo pedagógico e, através disso, permitir o diálogo consciente e fecundo com o exterior, e mesmo com os órgãos dirigentes.

Projetar a escola deve ser tarefa dos seus agentes e não de especialistas ou de burocratas do sistema educacional. É o coletivo que vai fazer sua leitura da realidade, explicitar seus objetivos e assumir compromissos com a prática transformadora.

Ao se construir as propostas das escolas, deve-se planejar todas as intenções de fazer, de realizar. Com base no que se tem, lançamo-nos para diante, buscando o possível. É antever um futuro diferente do presente. Nas palavras de Gadotti (1994, p.579):

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas com o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores.

Segundo Veiga (2000), nessa perspectiva, o projeto pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como forma de cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola.

Para Veiga (2000), a Proposta Pedagógica, ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma for-

ma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão.

A Proposta Pedagógica tem a ver com a organização do trabalho pedagógico da escola com um todo e como organização da sala de aula, incluindo sua relação com o contexto social imediato, procurando preservar a visão de totalidade. Nesta caminhada, é importante ressaltar que a proposta pedagógica deve buscar a organização do trabalho pedagógico da escola na sua globalidade. (VEIGA, 2000)

A construção da Proposta Pedagógica precisa considerar como principal possibilidade a autonomia da escola e a sua capacidade de delinear sua própria identidade. Isso significa resgatar a escola como espaço público, lugar de debate, do diálogo, fundado na reflexão coletiva. Portanto, é preciso entender que a Proposta Pedagógica da escola dará indicações necessárias à organização do trabalho pedagógico, que inclui o trabalho do professor na dinâmica interna da sala de aula.

Veiga (2000), considera que a busca de uma nova organização para a escola precisa ser entendida como uma ousadia para toda a Comunidade Escolar. Sendo assim, não deve visar simplesmente a um rearranjo formal da escola, mas a uma qualidade em todo o processo vivido. Vale acrescentar, ainda, que a organização do trabalho pedagógico da escola tem a ver com a organização da sociedade. A escola nessa perspectiva é vista como uma instituição social, inserida na so-

cidade capitalista, que reflete no seu interior as determinações e contradições dessa sociedade.

Segundo Veiga (2000), a Proposta Pedagógica procura preservar a visão de totalidade do trabalho pedagógico da escola na sua globalidade. Prima pela autonomia e participação, define a cidadania que se quer, estabelece a finalidade do sistema e caracteriza a especificidade da organização escolar na tomada de decisões desde a escolha das estratégias até a organização das atividades recreativas.

Para a autora, a escola como organismo vivo a sofre influências de seu meio e deve adequar-se a ele.

Para definir linhas de ação é preciso envolver a equipe escolar, professores, alunos, funcionários e comunidade a mobilizarem-se de uma forma espontânea, proporcionando situações que lhes permitem aprender a pensar e realizar o fazer pedagógico de maneira competente, ou seja, todas as discussões e decisões têm de nascer e se concretizar na própria escola.

1.3. A avaliação

Um fato de que ninguém parece discordar; ao contrário, há um amplo consenso em torno do problema da avaliação escolar, o qual se constitui hoje num grande desafio.

Para Vasconcelos (1998), a avaliação da aprendizagem vem se constituindo um sério problema educacional desde há muito tempo. A partir da década de 60, no entanto, ganhou ênfase em função do avanço da reflexão crítica que aponta os enormes estragos da prática classificatória excludente: os elevadíssimos índices de reprovação e evasão

escolar, aliados a um baixíssimo nível de qualidade da educação escolar tanto em termos de apropriação do conhecimento quanto de formação de uma cidadania ativa e crítica. Mais recentemente, a avaliação está também em pauta em função das várias iniciativas tomadas por mantenedoras, públicas ou privadas, no sentido de reverter esse quadro de fracasso escolar.

Muitos são os motivos que levam à repetência e à evasão escolar, tais como, o grande número de alunos por turma, falta de motivação, o descomprometimento dos pais, as más condições das salas de aula, o despreparo dos professores, a escola que não oferece inovações frente à tecnologia e avanços da atual sociedade.

Mudanças precisam ocorrer se quisermos construir algo novo, para isso Celso Vasconcelos (2000, p. 55-80) sugere algumas propostas:

- Alterar a metodologia do trabalho em sala de aula, revendo práticas, desenvolvendo conteúdos mais significativos e uma metodologia mais participativa;
- Diminuir a ênfase na avaliação classificatória. Para isso há necessidade de se mudar a finalidade, o conteúdo e a forma;
- Redimensionar o conteúdo da avaliação. A avaliação deve ser reflexiva, relacional e compreensiva.
- Alterar a postura diante dos resultados da avaliação. Seus resultados devem constituir parte de um diagnóstico e que, a partir dessa análise da realidade, sejam tomadas decisões para superação;

- Trabalhar na conscientização da comunidade educativa. Os critérios comuns construídos devem estar claros para toda Comunidade Escolar.

Para Vasconcelos (2000), os resultados obtidos na avaliação devem estar a serviço do desenvolvimento do principal sujeito do processo que é o aluno, tendo como objetivo diagnosticar o que ele não aprendeu e estimular o conhecimento com novas práticas. Por isso, o professor precisa rever sua função no processo pedagógico, caso seus alunos não atinjam os conhecimentos necessários para a promoção. Daí a importância da auto-avaliação do professor, para que a escola, o trabalho dos professores, a maneira de ensinar, sejam repensadas e se deixe de culpar os alunos, familiares, fatores sócio-econômicos, e se encontrem meios eficientes para tratar esses problemas que afetam a aprendizagem dos alunos. Para isso, a própria escola também deve ser avaliada constantemente em sua totalidade, desafiando os gestores a redimensionarem seus métodos e suas práticas com o propósito de democratização do espaço escolar, coerente com sua proposta, buscando, cada vez mais a unidade a partir do respeito às diversidades, e o conhecimento de cada um envolvido no processo educativo.

No capítulo da LDB/96 sobre educação básica (Art. 24), a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

- a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;*

- b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;*
- c) possibilidade de avanços nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;*
- d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;*
- e) obrigatoriedade de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos.*

Todos os itens contemplam a aprendizagem com vistas à promoção do aluno, acreditando na avaliação como forma de verificação da aprendizagem para a construção de novas alternativas, mais produtivas, que levem o conhecimento a todos.

O professor precisa estar sensível no acompanhamento do processo avaliativo.

O resultado tão temido no final do ano, passa a ser a soma de muitos fatores, não apenas uma prova, uma redação ou um trabalho avaliativo. É o progresso contínuo e gradativo do aluno ao longo dos trabalhos que deve prevalecer.

A avaliação é a reflexão transformada em ação. Ação, essa, que nos leva a novas reflexões. Reflexão contínua do professor sobre sua prática e acompanhamento do aluno na trajetória de construção do conhecimento. É um processo interativo, onde todos prendem sobre si mesmos a realidade escolar no ato próprio da avaliação.

Hoje uma nova perspectiva de avaliação exige do educador uma concepção de criança, de jovem, de adulto, como sujeitos do seu próprio desenvolvimento, inserido no contexto de sua realidade social e política. Destacam-se educandos participativos, críticos, criativos, autônomos, intelectuais, os quais consideram que a avaliação é um instrumento de tomada de consciência de suas conquistas, dificuldades e possibilidades para reorganização de seus investimentos na tarefa de aprender. A escola possibilita definir prioridades e localizar quais aspectos da ação educativa demandam mais apoio. Apoio este que deve servir para ajustes constantes, num mecanismo de regulação do processo de ensino e de aprendizagem, que contribui efetivamente para que a tarefa educativa tenha sucesso.

1.4. Conselho de classe

A instância Conselho de Classe consiste num espaço privilegiado na organização do trabalho escolar, para o reconhecimento, a identificação e a mobilização do projeto pedagógico da escola. Poucos estudos foram desenvolvidos sobre esse órgão colegiado, que se faz presente nas práticas de um grande número de escolas brasileiras.

Segundo Dalben (1992), o Conselho de Classe guarda em si a possibilidade de articular os diversos segmentos da escola e tem por objeto de estudo a avaliação da aprendizagem e do ensino, eixos centrais do processo de trabalho escolar. Essa especificidade do Conselho de Classe torna-o objeto de destaque, porque a avaliação tem sido historicamente um processo caracterizado por inúmeras contradições, determinando a seleção social e por vezes a exclusão de muitos do sis-

tema escolar e favorecendo a política educacional seletiva e discriminatória. Ao mesmo tempo, sabe-se de antemão que é no processo avaliatório que se concretizam as diversas concepções de educação presentes nos inúmeros critérios definidos para sua efetivação.

Para Rocha (1986, p.19):

Essa instância tem sua origem na França, por volta de 1945, a qual surgiu diante da necessidade de um trabalho interdisciplinar com classes experimentais. Por ocasião da reforma da reforma de ensino francesa de 1959, foram instituídos três tipos de conselhos: o Conselho de Classe, no âmbito da turma; o Conselho de Orientação, no âmbito do estabelecimento, e o Conselho Departamental de Orientação em esfera mais ampla. Essa reforma almejava declaradamente organizar um sistema escolar fundado na observação sistemática e contínua dos alunos, com vistas a oferecer, a cada um, o ensino que corresponda a seus gostos e aptidões.

Dalben (2004), chama atenção para o fato de que a composição do Conselho de Classe francês é abrangente, tendo um caráter específico, dirigido para a seleção e a distribuição do alunado no sistema dualista implantado na França naquele período. Os pareceres desse Conselho de Classe serviriam para orientar o acesso dos alunos às diversas modalidades de ensino (clássico ou técnico) conforme as “aptidões” e o “caráter” aí observados.

Segundo Rocha (1986), essas informações seriam, posteriormente, levadas aos Conselhos de Orientação, para serem transmitidas às famílias.

Dalben (2004), questiona a atuação pedagógica desses Conselhos, centrada na avaliação classificatória, determinando a vida futura do

aluno, papel bastante dirigido para os objetivos do sistema de ensino francês no período.

Rocha (1986) salienta que a experiência francesa foi vivida por dez educadores brasileiros estagiários em Sèvres, em 1958; entre eles, Laís Esteves Loffredi e Myrthes de Lucca Wenzel, que trouxeram a idéia para o Brasil, sendo o Rio de Janeiro o estado pioneiro em sua implantação, a qual se deu no Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CAP).

Acredita-se que a importação das idéias trazidas pelo Conselho de Classe francês, como afirmado por Rocha (1986), só foi possível porque já teria havido um processo de desenvolvimento de um ideário pedagógico que estaria impregnando o meio educacional com a percepção de suas potencialidades.

Com base nesse pressuposto, e retrocedendo no tempo, encontramos no cerne das idéias que permearam a tendência escola novista da educação as suas origens. Quando se lê o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) percebem-se elementos do tipo:

A educação nova que, certamente pragmática, se propõe ao fim de servir (...) aos interesses do indivíduo, e que se funda sobre o princípio da vinculação da escola com o meio social, tem seu ideal condicionado pela vida social actual, (...) de solidariedade, (...) de cooperação. (p. 42)

A escola (...) passará a ser um organismo vivo, com uma estrutura social organizada à maneira de uma comunidade palpitante pelas soluções de seus problemas. (p. 55)

(...) a aproximação dos homens, a sua organização em uma coletividade unânime, a difusão de tais ou quais idéias sociais, de maneira “imaginada”, e portanto, eficaz, a extensão do raio visual do homem e o valor moral

e educativo conferem certamente à arte uma enorme importância social. (p. 59)

Esses elementos apontam para o início da valorização das idéias de atendimento individualizado, de estudos em grupos e, especificamente, de reunião dos profissionais para discussão de um determinado tipo de atendimento ao alunado.

A idéia de “organismo vivo” – de “comunidade palpitante pelas soluções de seus problemas” – contém em si o dinamismo que uma nova organização de escola deve incluir. O Manifesto colocava-se contrário à centralização do poder e de decisões, considerando necessária à adaptação da escola a seus interesses e necessidades. Essa nova concepção de escola sugere uma organização que valoriza o trabalho coletivo, a discussão, a busca e a criação de novos métodos.

Ainda não aparece, entretanto, o Conselho de Classe, instituído na organização de modo a operacionalizar essas idéias.

Na busca de uma legislação específica que dirigisse o funcionamento dos Conselhos de Classe, verificou-se que sua expansão formal começou a partir da Lei nº 5.692/71. Essa lei surge para dirigir o sistema escolar por meio de um processo político pautado pelo autoritarismo, sem a participação de setores representativos da nacionalidade. Ela vem definir uma nova estrutura para o sistema educacional, reunindo os diversos ramos existentes anteriormente (secundário, comercial, industrial, agrícola e normal) num só, além de propor a profissionalização do educando.

Cabe salientar que esse novo sistema educativo brasileiro introduzido pela Lei nº 5692/71 tinha como um de seus propósitos funda-

mentais a transformação do estudante em um indivíduo treinável, instrumentalizado nos valores do capital, na competição e na racionalidade deste.

Anteriormente à Lei 5692/71, o Conselho de Classe não se apresentava como instância formalmente instituída na escola, acontecendo, como afirma Rocha (1986), de forma espontânea em escola que voluntariamente se dispusesse a enxergá-lo como de importância pedagógica. Sua implantação, entretanto, não se deu claramente por meio da nova lei, mas ocorreu indiretamente, por intermédio de orientações vindas do modelo de escola proposto pelo Premen, que apresentava o Conselho de Classe como órgão constituinte da escola.

Além dessas orientações, os Conselhos Estaduais de Educação, com base em pedidos de esclarecimento sobre a referida lei, produziram pareceres e resoluções orientadores, que de certa forma encaminhavam as discussões para a formalização de instâncias de avaliação coletiva na escola, do tipo de Conselho de Classe. Conclui-se que o novo modelo de escola foi formalmente implantado por meio dos novos regimentos escolares elaborados pelas escolas, que passaram a orientar seu funcionamento. Nesses regimentos, encontra-se o Conselho de Classe como um dos órgãos instituídos.

A Lei nº 5692/71 deu abertura aos Conselhos Estaduais de Educação para traçar as diretrizes de sua operacionalização. Observe-se o que diz o artigo 2º, em seu parágrafo único: “A organização administrativa, didática e disciplinar de cada estabelecimento de ensino será regulada no respectivo regimento, a ser aprovado pelo órgão próprio

do sistema, com observância de normas fixadas pelo respectivo Conselho de Educação”.

Segundo Dalben (2004), o Conselho de Classe é um órgão colegiado, presente na organização da escola, em que os vários professores das diversas disciplinas, juntamente com os coordenadores pedagógicos, ou mesmo os supervisores e orientadores educacionais, reúnem-se para refletir e avaliar o desempenho pedagógico dos alunos das diversas turmas, séries ou ciclos. A autora apresenta algumas características básicas que fazem do Conselho de Classe um órgão diferente de outros colegiados e que lhe dão a importância para o desenvolvimento do projeto pedagógico da escola. São elas: a) a forma de participação direta, efetiva e entrelaçada dos profissionais que atuam no processo pedagógico; b) sua organização interdisciplinar; c) a centralidade da avaliação escolar como foco de trabalho da instância.

A participação direta dos profissionais se faz porque a constituição dos Conselhos de Classe prevê o lugar garantido, durante a reunião, a todos os professores que desenvolvem o trabalho pedagógico com as turmas. Esses professores analisarão e discutirão o processo de trabalho de sala de aula, trazendo o rendimento do aluno. Dessa forma indiretamente, sua própria prática docente será objeto de reflexão.

O Conselho de Classe é um espaço prioritário da discussão pedagógica, composto, principalmente, pelos docentes e pela equipe técnico-pedagógica que trabalham com determinadas turmas de mesma faixa etária ou mesma escolaridade. No entanto, algumas escolas têm optado e incluído, sempre que necessário, a participação dos pais e dos alunos dessas respectivas turmas. (Dalben, 2004)

A autora salienta que, embora em algumas composições as reuniões podem não contar com a presença do aluno, ele sempre será a figura central das discussões e avaliações, estando presente por meio de seus resultados, de seus sucessos, de seus desenvolvimentos, de suas resistências, de seus fracassos, de suas necessidades e dificuldades, postos durante os debates nas questões da prática de ensino e de aprendizagem, objetos de discussão das reuniões.

Para ela, uma outra característica fundamental do Conselho de Classe é sua configuração como espaço interdisciplinar de estudos e tomadas de decisão sobre o trabalho pedagógico desenvolvido na escola e, nesse sentido, é órgão deliberativo sobre: a) objetivos de ensino a serem alcançados; b) uso de metodologias e estratégias de ensino; c) critérios de seleção de conteúdos curriculares; d) projetos coletivos de ensino e atividades; e) formas, critérios e instrumentos de avaliação utilizados para o conhecimento do aluno; f) formas de acompanhamento dos alunos em seu percurso nos ciclos; g) critério para a apreciação do desempenho dos alunos ao final dos ciclos; h) elaboração da fichas de registro do desempenho do aluno para o acompanhamento no decorrer dos ciclos e para informação dos pais; i) formas de relacionamento com a família; j) propostas curriculares alternativas para alunos com dificuldades específicas; l) adaptações curriculares para alunos portadores de necessidades educativas especiais; m) propostas de organização dos estudos complementares.

CAPÍTULO II

2. DESCREVENDO O CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO NA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL LEONARDO KURTZ

O presente estudo relata uma experiência caracterizada num processo que se definiu como participativo, no dimensionamento de um novo Conselho de Classe, uma proposta pedagógica que perseguiu, nos seus fundamentos e na sua prática, a qualidade do ensino.

A escola alvo da pesquisa é da rede estadual de ensino, de porte pequeno, localizada num bairro próximo ao centro da cidade, com número aproximado de 328 alunos, 23 professores e 6 funcionários.

O “Conselho de Classe Participativo” , como produto maior de todo um envolvimento comunitário, concentra toda a metodologia de ação da escola, porque, da mesma forma que encerra todo um período de trabalho e envolvimento de todos os seus agentes, também elicia a nova ação social-pedagógica a ser empreendida para o próximo período, também por todos os seus agentes.

No ano de 2001, a 8ª Coordenadoria Regional de Educação lançou um desafio às escolas públicas: a possibilidade de reconstruir, na prática, o projeto político pedagógico dos estabelecimentos de ensino, cuja finalidade é aglutinar pessoas em torno de uma causa comum; ser um canal de participação efetiva; dar um referencial de conjunto para a caminhada e ser um instrumento de transformação da realidade colaborando na formação dos participantes, enfim, trazer para o seio da

comunidade uma proposta pedagógica que representasse a reflexão, a crítica e a participação dos seus agentes.

O desafio começou a tomar forma. O convite à participação foi lançado a todos; uns responderam sim, outros ficaram indecisos e permaneceram para ver e, ainda outros, foram embora, duvidando da proposta.

Terminado o 1º Bimestre, em maio de 2001, já ocorria o 1º Conselho de Classe Participativo, contando com a presença da direção, coordenação pedagógica, professores, funcionários, alunos e pais, os últimos em número reduzido, representados pelo CPM da Escola. (Tabela 01)

Na primeira parte, foi feita uma avaliação do trabalho do professor dentro de sua disciplina. Após, o líder da turma leu o Parecer construído coletivamente que constou de diagnóstico, necessidades e propósitos. A seguir foi feita uma avaliação por parte de cada aluno, quanto aos hábitos, atitudes e aprendizagem. Os funcionários avaliaram seu trabalho e junto com a turma analisaram as atitudes na hora da merenda e a limpeza da sala de aula. Os propósitos feitos pelos alunos foram colocados num cartaz e afixados na sala de aula.

A partir do 2º Bimestre do ano letivo de 2001, todos os segmentos da Comunidade Escolar foram chamados a participar dos Conselho de Classe da escola. (Tabela 01).

Essa nova proposta demandou muitas medidas especiais e específicas, no sentido de preparar a Comunidade Escolar à participação. Vários instrumentos foram elaborados, no sentido de orienta-los.

O quarto Conselho de Classe de 2001 foi classificatório e realizou-se sem a presença dos alunos. (Tabela 01)

Em dezembro de 2001, o Conselho Estadual de Educação regulamentou o novo Regimento da Escola, aprovando-o na sua íntegra.

Entre as mudanças que passam a vigorar para o ano letivo de 2002, consta uma escola organizada por Trimestre.

Em junho de 2002, realiza-se o primeiro Conselho de Classe Participativo plena e legalmente regulamentado pelo Regimento Escolar. Inicia-se então o período regular do Conselho de Classe Participativo.

Embora a proposta de Conselho de Classe Participativo incluía a presença de todos os elementos da Comunidade Escolar, observou-se que os elementos de presença mais permanente, segundo os dados da pesquisa, são os professores. Nota-se também que a variável “falta de tempo”, devido ao acúmulo de trabalho dos professores, que trabalham em duas ou três escolas, vêm reduzindo sua participação nos Conselhos. (Tabela 04)

Comparando as tabelas 01 e 02 em relação as tabelas 03 e 04, a participação dos pais, num primeiro momento reduzida pelo fato do Conselho se realizar dentro do horário de aula teve um significativo crescimento a partir do ano de 2003 quando, junto ao Conselho, passou-se a fazer a entrega dos boletins. Cabe salientar que esse fator foi fundamental no aumento do índice de participação dos pais.

TABELA 01 – Participação da Comunidade Escolar – Ano: 2001

2001	5ª Série/45 alunos				6ª Série/24 alunos				7ª Série/43 alunos				8ª Série/37 alunos			
	1ºB	2ºB	3ºB	4ºB												
Alunos	17	27	41	–	13	12	16	–	29	20	30	–	27	16	35	–
Prof.	12	10	11	13	09	08	09	13	10	11	10	13	11	09	11	13
Pais	05	19	22	–	–	07	09	–	01	13	20	–	–	08	13	–
Func.	02	01	02	–	02	–	01	–	01	01	01	–	03	–	02	–
Data	17/05	06/08	25/10	17/12	17/05	07/08	22/10	17/12	17/05	06/08	22/10	17/12	17/05	07/08	24/10	17/12

Fonte: Atas Pedagógicas da Escola

Org.: A autora

TABELA 02 - Participação da Comunidade Escolar – Ano: 2002.

2002	5ª Série/38 alunos			6ª Série/48 alunos			7ª Série/31 alunos			8ª Série/48 alunos		
	1º Tr	2º Tr	3º Tr	1º Tr	2º Tr	3º Tr	1º Tr	2º Tr	3º Tr	1º Tr	2º Tr	3º Tr
Alunos	31	24	–	44	33	–	13	25	–	38	32	–
Prof.	08	09	10	09	09	09	08	08	10	09	10	12
Pais	16	22	–	32	27	–	10	11	–	14	26	–
Func.	01	01	–	01	01	–	01	01	–	01	01	–
Datas	27/06	08/10	17/12	27/06	10/10	17/12	25/06	08/10	17/12	25/06	09/10	17/12

Fonte: Atas Pedagógicas da Escola

Org.: A autora

TABELA 03 - Participação da Comunidade Escolar – Ano: 2003.

2003	5ª Série/35 alunos			6ª Série/47 alunos			7ª Série/42 alunos			8ª Série/30 alunos		
	1º Tr	2º Tr	3º Tr	1º Tr	2º Tr	3º Tr	1º Tr	2º Tr	3º Tr	1º Tr	2º Tr	3º Tr
Alunos	22	16	–	40	28	–	27	15	–	18	18	–
Prof.	10	10	12	09	11	12	09	10	12	10	10	13
Pais	24	21	–	38	34	–	29	25	–	16	08	–
Func.	01	01	–	01	–	–	01	–	–	01	–	–
Datas	26/06	16/10	18/12	1º/07	20/10	18/12	1º/07	20/10	18/12	1º/07	21/10	18/12

Fonte: Atas Pedagógicas da Escola

Org.: A autora

TABELA 04 - Participação da Comunidade Escolar – Ano: 2004.

2004	5ª Série/41 alunos			6ª Série/36 alunos			7ª Série/39 alunos			8ª Série/37 alunos		
	1º Tr	2º Tr	3º Tr	1º Tr	2º Tr	3º Tr	1º Tr	2º Tr	3º Tr	1º Tr	2º Tr	3º Tr
Alunos	30	36	–	24	25	–	32	33	–	28	22	–
Prof.	09	09	12	09	09	12	08	10	11	09	09	12
Pais	27	29	–	30	20	–	33	23	–	18	17	–
Func.	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Datas	1º/07	21/10	17/12	1º/07	20/10	17/12	1º/07	20/10	17/12	1º/07	21/10	17/12

Fonte: Atas Pedagógicas da Escola

Org.: A autora

Quanto aos funcionários, conforme mostram as tabelas anteriores e a Figura 01, a participação aos Conselhos decaiu a cada ano. O baixo índice de participação é justificado por esses profissionais, como consequência do acúmulo de serviço. Nos dias de Conselho de Classe, as séries iniciais têm aulas normais e precisam de atendimento. A sua participação os afastaria de suas atividades.

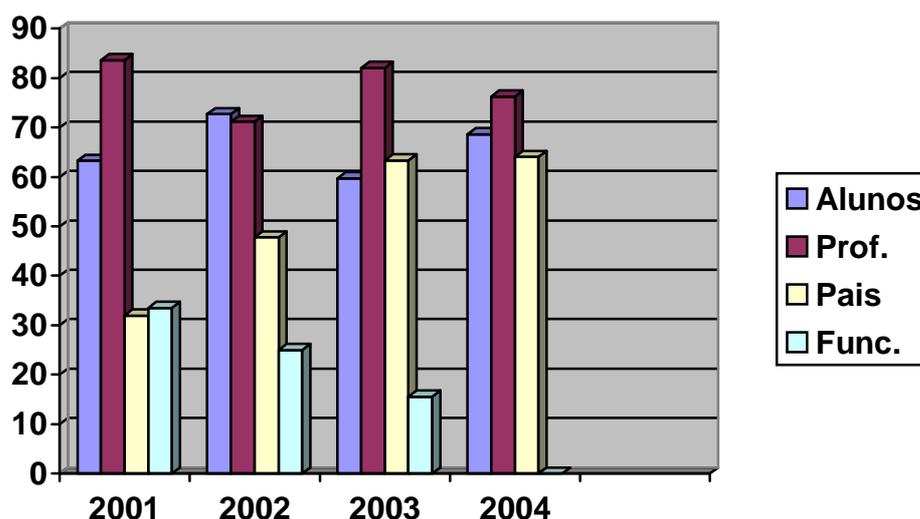


Figura 01 - Gráfico referente a participação dos segmentos da Escola no período de 2001 a 2004.

CAPÍTULO III

3. UM ESTUDO DE CASO

3.1. Contextualização da escola

A Escola Estadual de Ensino Fundamental Leonardo Kurtz está localizada na Rua Nelson da Silva Brum, 221, no Bairro Kurtz, em São Sepé, próxima aos Bairros São Francisco, Lili e Santos. Pertence a 8ª Coordenadoria Regional de Educação.

Funciona em dois turnos: manhã e tarde, para uma clientela de 1ª a 8ª série.

Atualmente com 328 alunos matriculados. Conta com um quadro de 23 professores, apenas 1 com habilitação para o magistério, sendo 22 com curso superior; desses, 4 têm curso de Pós-Graduação. Conta ainda com seis funcionários; sendo quatro merendeiras, uma faxineira e um secretário.

O prédio é novo, embora não tenha sido concluído. Tem oito salas de aula, biblioteca, sala dos professores, da direção, coordenação, cozinha, banheiros e quadra de esportes.

Essa estrutura não é suficiente. Há falta de espaço físico.

A sala dos professores também é utilizada como sala de vídeo. A escola não dispõe de um espaço próprio para reuniões de pais e festividades, utilizando para essas ocasiões o salão do CTG próximo a mesma. As aulas de reforço são oferecidas somente a alguns alunos das séries iniciais, porque a escola não dispõe de recursos humanos

nem de espaço físico suficientes para um atendimento adequado. Esse atendimento é feito na biblioteca da escola, apenas no turno da manhã.

A quadra de esportes não possui cobertura, expondo os alunos ao tempo. Nos dias de chuva, não há Educação Física na escola.

Esses fatores levaram a Comunidade Escolar a se mobilizar para buscar recursos junto ao governo do estado, através da Participação Popular, para a ampliação e melhoria da mesma.

A escola possui uma televisão com parabólica, um vídeo-cassete e um rádio gravador com cd. Esses são os recursos tecnológicos eletrônicos disponíveis para uso dos professores e dos alunos. A Escola dispõe de dois computadores: um de uso exclusivo da secretaria e outro para uso dos professores.

Ciente da importância da tecnologia eletrônica, a qual pode ser utilizada para gerar situações de aprendizagem com maior qualidade, a escola tem como meta prioritária a implantação de um laboratório de informática, visando criar ambientes de aprendizagem em que a problematização, a atividade reflexiva, a atitude crítica, a capacidade decisória e a autonomia sejam privilegiados.

O acervo da biblioteca é pequeno, bem como o espaço a ela destinado. Possui deficiência de livros, revistas, audio-visuais. É carente de material atualizado, como jornais, revistas e livros em geral.

A procura de vagas é muito grande por ser uma escola bem localizada no município.

A grande maioria dos alunos vêm de famílias de baixa renda, onde as mães são donas-de-casa; alguma, empregadas domésticas. Os

pais são assalariados, predominando as profissões de operador de máquina, motorista, diarista, empregado rural, pedreiro.

Vivencia-se alguns casos de carência afetiva, crises de violência e falta de apoio da família.

Destacam-se, porém, famílias de formação simples, mas responsáveis, comprometidas e integradas com a escola, contribuindo, assim, para o desenvolvimento e formação sócio-cultural de seus filhos.

A escola vem, ao longo dos anos, enfrentando problemas, entre os quais a falta de recursos materiais e humanos, indisciplina, desrespeito e desinteresse. Destacam-se ainda os maus hábitos e atitudes, o que leva a perceber a ausência de valores.

Entre os professores percebe-se uma preocupação crescente no sentido de modificar esse quadro. Constata-se a necessidade de conscientização da Comunidade Escolar para resgatar esses valores.

A Direção juntamente com os professores, Conselho Escolar e o CPM procuram trazer os pais à escola através de reuniões, comemorações e palestras.

A Escola desenvolve um trabalho de conscientização junto à comunidade, através de visitas às famílias, alertando para a importância da assiduidade do aluno às aulas.

Devido a esse fator, a escola vem conseguindo diminuir significativamente seus índices de evasão e repetência.

Dona de uma filosofia que prima por oportunizar ao aluno uma educação construtiva, crítica e atuante, resgatando valores que lhe possibilite tornar-se um cidadão útil a si e à sociedade em que vive; a escola busca constantemente integrar-se à comunidade. Para isso vem

organizando-se de forma democrática, aberta, buscando a participação e proporcionando iguais oportunidades na construção do saber.

Hoje, os professores estão empenhados em rever metodologias e conteúdos, considerando a realidade da comunidade, a fim de desenvolver no educando o senso crítico e a busca da transformação de seu ambiente.

A escola vem, ao longo do ano letivo incentivando a renovação profissional do educador, através de reuniões de estudos, palestras, debates, seminários, promovendo encontros de ajuda mútua e confraternizações para que haja intercâmbios de experiências.

O Conselho de Classe Participativo, instituído na Escola a partir de 2002, surgiu como uma alternativa para superar as dificuldades da avaliação. São momentos em que se conta com a participação dos pais, alunos, professores e funcionários para que sejam avaliadas todas as práticas da escola.

O Conselho de Classe Participativo foi um espaço criado para a reflexão, visto que a avaliação deve fazer parte de todos os segmentos da escola. Num primeiro momento enfrentou-se obstáculos, como: dificuldade do professor em aceitar a crítica por parte do aluno, dificuldade do aluno em dizer o que realmente pensa, dificuldade de conciliar horário para que o conselho fosse realmente participativo. Acreditamos que essa prática diminuiu consideravelmente a distância entre o ideal que se quer alcançar.

A escola que em sua proposta pedagógica está comprometida com a democratização, vê no Conselho de Classe Participativo o caminho para sua concretização.

Existe também uma grande preocupação entre os professores para que haja interdisciplinaridade, o que vem acontecendo através de projetos, contemplando temas determinados de acordo com as necessidades da Comunidade Escolar, envolvendo todos os segmentos.

A Escola tem buscado, através da prática de relações democráticas, diminuir a distância entre as pessoas e promover a solidariedade, oportunizando uma maior integração de pais, alunos, professores e funcionários, assegurando uma efetiva participação de toda a Comunidade Escolar.

Para viver democraticamente em uma sociedade plural, é preciso respeitar e valorizar a diversidade. Essa diversidade freqüentemente é alvo de preconceito e discriminação, atingindo a escola e reproduzindo-se em seu interior. A desigualdade, resultado da injustiça social, também está presente na escola. Essas posturas exigem da escola ações efetivas de superação.

Nesse sentido, a escola prevê em sua proposta pedagógica, a garantia da igualdade, do ponto de vista da cidadania e ao mesmo tempo, a diversidade como direito. Esse trabalho se dá a cada instante, propiciando que a escola coopere na formação e consolidação de uma cultura de paz, baseada na tolerância, no respeito aos direitos humanos universais e da cidadania compartilhada por todos os brasileiros. Esse aprendizado exige, sobretudo, a vivência desses princípios democráticos no interior da escola, no trabalho cotidiano de buscar a superação de todo e qualquer tipo de discriminação e exclusão social, valorizando cada indivíduo.

No âmbito da sala de aula, o professor leva em conta fatores sociais, culturais e a história educativa de cada aluno, como também características pessoais de déficit sensorial, motor, mental ou psíquico, ou de superdotação intelectual.

A escola prevê uma atenção especial ao aluno que demonstrar a necessidade de um atendimento diferenciado, garantindo assim condições de aprendizagem a todos os alunos, seja por meio de incrementos na intervenção pedagógica ou de medidas extras que atendam às necessidades individuais, como o encaminhamento a outros profissionais.

A atenção à diversidade é um princípio comprometido com a equidade, ou seja, com o direito de todos os alunos realizarem as aprendizagens fundamentais para seu desenvolvimento e socialização.

3.2. Considerações metodológicas

A escola sente-se, hoje, pressionada por inúmeras solicitações da sociedade, na alteração de suas práticas pedagógicas, já há muito incorporadas e legitimadas. O fracasso escolar e os elevados índices de evasão e repetência tornaram-se inviáveis, apresentando-se como entraves sérios aos processos de escolarização das massas. Se, antes, podiam ser justificados por problemas externos à escola, culpando-se as próprias crianças, os jovens e suas famílias por esses produtos, as pesquisas desenvolvidas pelos sociólogos da educação, na segunda metade do século XX, contribuíram com conhecimentos fundamentais na perspectiva de mostrar o reducionismo dessas idéias, juntamente com

a solicitação de que toda a sociedade assumisse sua parcela de responsabilidade no processo de discriminação e produção das desigualdades.

Assim, a escola, como uma instituição social, é chamada a rever suas práticas, num processo dinâmico de renovação de valores, princípios, conteúdos e formas, na perspectiva de uma ação significativa, competente e comprometida com a melhoria de vida da população e com o engajamento num novo tempo.

Diante dessa realidade, surgiu a necessidade de um estudo que tem como foco principal o Conselho de Classe em uma escola pública, de ensino fundamental, no município de São Sepé.

Esse estudo busca analisar a escola, sua proposta pedagógica, tendo por base seu sistema de avaliação e por objeto de manifestação maior o Conselho de Classe Participativo, concebido por ideais comuns, em 2001, e questionado plenamente de agosto a novembro de 2004.

Para o desenvolvimento desse estudo, foi utilizado um método naturalista de pesquisa educacional, Estudo de Caso, onde a descrição, a análise e a interpretação específicas foram sendo gradativamente construídas através de observação, entrevistas e análises documentais.

A opção por essa metodologia ocorreu devido ao interesse sobre algo singular, particular. A preocupação central ao desenvolver essa pesquisa foi a compreensão de uma instância singular.

Segundo Lüdke e André (1986), o Estudo de Caso consiste na investigação de um caso, seja ele simples ou específico, complexo ou abstrato.

Para Goode e Hatt, citados por Lüdke e André (1986), o caso se destaca por constituir numa unidade dentro de um sistema mais amplo.

Nisbet e Watt, também mencionados por Lüdke e André (1986), caracterizam o desenvolvimento do Estudo de Caso em três fases, sendo a primeira aberta ou exploratória; a segunda, mais sistemática em termos de coleta de dados e a terceira, consistindo na análise e interpretação sistemática dos dados e na elaboração do relatório. Como eles mesmos enfatizam, essas três fases se superpõem em diversos momentos, sendo difícil precisar as linhas que as separam.

Para Lüdke e André (1986), o Estudo de Caso “qualitativo” ou “naturalístico” encerra um grande potencial para conhecer e compreender melhor os problemas da escola. Ao retratar o cotidiano escolar em toda sua riqueza, esse tipo de pesquisa oferece elementos preciosos para uma melhor compreensão do papel da escola e suas relações com outras instituições da sociedade.

Essa proposta de estudo tomou como unidade de análise a Escola Estadual de Ensino Fundamental Leonardo Kurtz.

Durante os meses de agosto a novembro de 2004 foi feita a análise do estabelecimento e nele observado todo o contexto: escola, professores, alunos, funcionários e pais.

Foram realizadas entrevistas e, em alguns casos foi feita apenas uma observação, na medida em que se constatou que esta não trazia elementos novos ou diferentes dos que estavam sendo obtidos nas demais observações.

3.3. Análise dos dados coletados

A escola pesquisada iniciou seu funcionamento em 1961 e sempre ocupou uma função de destaque entre as escolas da rede pública do município de São Sepé pelas características peculiares de seu processo de trabalho, evidenciado pelo desenvolvimento de atividades envolvendo toda a Comunidade Escolar.

A pesquisa caracterizou-se como um estudo de caso, do qual participaram seis professores, oito alunos, dois funcionários e quatro pais de alunos da escola. A coleta de dados realizou-se através de observações, questionários, entrevistas, análise de documentos e anotações diárias.

Dos professores entrevistados, 5 possuem Curso Superior (Pedagogia, História, Letras, Ciências Biológicas, Ed. Física) e um professor de Português/Inglês, com Pós Graduação em Produção Textual.

Esses professores têm sua experiência profissional entre 4 anos e 25 anos de exercício na rede pública de ensino. Quanto ao tempo de experiência na escola onde se realizou o estudo, fica entre 9 meses e 14 anos.

Cinco professores têm carga horária de 40 horas e um tem 60 horas semanais.

Os pais entrevistados são responsáveis por alunos de 5^a a 8^a série;

Os alunos entrevistados, de 5^a a 8^a série, têm idades entre 10 e 16 anos;

Os funcionários, ambos com 40 horas semanais, um com Ensino Fundamental incompleto, trabalha na escola há 9 anos e exerce a função de Agente Educacional I – Manutenção e Infra-estrutura e o outro

curso o 7º Semestre de Pedagogia, trabalha na escola há 7 anos e exerce a função de Agente Educacional I – Alimentação Escolar.

Os professores foram unânimes em afirmar que a participação de todos os segmentos da Comunidade Escolar ao Conselho de Classe é de fundamental importância. Isso ficou claro nos depoimentos:

“O Conselho de Classe Participativo é um avanço que consiste numa forma levar ao conhecimento de toda comunidade o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem”.(Profª S.)

“Através do diálogo e da participação de todos, pode-se buscar soluções, achar caminhos”. (Profª D.)

Dessa forma, também se posicionaram pais, alunos e funcionários do estabelecimento, destacando que a participação de todos traz crescimento ao processo ensino-aprendizagem:

“O conselho de Classe tem contribuído como um canal de aproximação dos segmentos, de forma a aumentar as possibilidades de crescimento”. (Funcionário)

Para Dalben (2004), o Conselho de Classe tem sido um dos poucos espaços na escola que permitem a discussão pedagógica do ensino e da aprendizagem de forma situada e integrada, revelando, aí, a sua importância.

Para a Prof. B: “O Conselho de Classe passa a ser o espaço de organizar o trabalho pedagógico do conjunto dos professores, dentro de uma proposta integradora”.

A Prof. M. levantou questões ligadas à própria concepção do Conselho, envolvendo o significado dado a ele pelo seu próprio nome: “O Conselho de Classe deveria ter outro nome, porque ele é tão forte

quanto uma assembléia. Ele não pode ser visto de forma fragmentada como é visto hoje.

Questionados sobre a relação com o Serviço de Coordenação Pedagógica, os professores deixaram claro tratar-se de uma relação intensa:

“A coordenadora, além de estar sempre presente para troca de idéias fora da sala de aula, estava também junto dos professores, dentro das salas ajudando-os a detectar as metodologias mais adequadas”.
(Prof. B)

Segundo a Profª K: “no início, imaginávamos que a presença da coordenadora pedagógica na sala de aula fosse uma forma de controle autoritário sobre o trabalho do professor”.

Os professores afirmaram o tempo todo, que o trabalho com o Serviço de Coordenação Pedagógica consiste num trabalho integrado, amigo e de construção coletiva de conhecimentos.

Segundo a Coordenadora as discussões sempre acontecem de forma coletiva, em diferentes espaços. Seja nos Conselhos de Classe, nas reuniões de turno, seja, informalmente, nas reuniões no horário do café.

Os segmentos de pais, alunos e funcionários também se manifestaram sobre o Serviço de Coordenação Pedagógica, reconhecendo ser esse o elo de ligação entre eles.

Para um pai: “Os Conselhos são sempre bem organizados”. Ela sempre solicita a participação e a opinião de todos”.

Conforme a Enciclopédia Digital Master Milênio, no cargo de supervisor escolar o pedagogo planeja, avalia e reformula as diversas

etapas do processo ensino/aprendizagem, utilizando-se de uma visão abrangente do sistema educacional. Nesse cargo, o profissional é responsável pela qualidade do ensino e, para uma atuação coerente, desenvolve pesquisas de campo para conhecer os problemas, necessidades e recursos existentes na área em que trabalha. Através desse conhecimento, o supervisor auxilia na elaboração de programas e currículos mais adequados, avalia os resultados dos métodos aplicados, orienta e assessora o corpo docente, buscando um aperfeiçoamento.

Quanto à questão da participação do aluno aos Conselhos de Classe, todos os entrevistados manifestaram-se a favor:

“Apesar de o aluno ser o centro das avaliações no Conselho de Classe, apesar de ser, a todo instante, colocado como elemento central das discussões propostas pela instância, ele apresentava-se, até bem pouco tempo, como um elemento passivo sem voz e sem participação nas reuniões”. (Profª I.).

Para os pais, a participação dos alunos ao Conselho de Classe significa ‘responsabilidade’:

“o aluno precisa ser responsável, responder por suas atitudes”.

“o aluno como centro do processo tem que ter o compromisso de estar presente”.

“o aluno precisa, desde cedo, assumir responsabilidades”.

No depoimento de um aluno, proveniente de uma escola da rede municipal, há seis meses na escola pesquisada, observa-se a desinformação sobre o assunto:

Eu e meus colegas, na outra escola, tínhamos vontade de saber o que eles (professores) estavam falando lá, mas o professor não conta-

va e ninguém tinha coragem de perguntar. Eu sempre achei que eles deviam comentar sobre o assunto, porque se eu fico sabendo o que estou fazendo de errado, eu posso melhorar, né?

Essa idéia também se manifestou no depoimento de outro aluno, quando afirmou: “É importante ficar sabendo o que os professores acham de mim, para tentar melhorar”.

Todos os alunos entrevistados defenderam sua participação aos Conselhos de Classe e disseram gostar de participar: “Nós temos que participar. Como vamos ficar de fora, se vão tratar sobre nós”?

Para Gonzalez (1987, p.21): “A juventude, a medida em que ouve a verdade, assimila e aceita. Caso contrário, não dá importância e se revolta. Para ele, a possibilidade de opinar e questionar sobre qualquer aspecto torna o aluno satisfeito. Assim, ele sente-se útil e integrado”.

É interessante registrar que o centro de quase todos os depoimentos dos alunos liga-se ao fato de que o Conselho de Classe é uma reunião para discutir problemas e questões que não se encaixam dentro dos padrões prescritos.

Os dois funcionários entrevistados definiram a participação do aluno no processo como forma de exercício de cidadania.

Quanto à questão da participação dos professores ao Conselho de Classe, todos os segmentos ressaltaram como fundamental a presença desses profissionais:

“Eu acho que esse é o momento de nos reunirmos, é o espaço que temos para trocar experiências. Aqui as percepções que temos sobre o aluno são divididas. Não podemos estar alheios. Temos que participar e cobrar a presença de todos”. (Prof. D)

“Quando você dá uma matéria do tipo da minha, você fica muito restrito, a gente dá poucas aulas, então não posso dizer porque o aluno age desta ou daquela forma. É sempre no Conselho de Classe que você vai descobrir informações que você não tem”. (Prof. S – Disciplina de Ensino Religioso)

Segundo Gonzalez (1987), o Conselho de Classe deve ser o momento em que, de forma individual, os docentes dialogam com os pais e alunos sobre as principais dificuldades, encontrando formas de como agir para saná-las.

Pais, alunos e funcionários reconheceram a necessidade de encontrar uma forma para que todos os professores se façam presentes.

Conforme os depoimentos, a presença dos funcionários aos Conselhos de Classe foi vista por todos os entrevistados como necessária:

“Muitas vezes o funcionário conhece melhor alguns alunos que muitos professores, por estarem próximos a eles em alguns momentos, como por exemplo, no recreio”. (Prof. M)

“Eles fazem parte dessa Comunidade Escolar”. (Pai)

“Eles convivem conosco. Podem opinar sobre nós e também podemos opinar sobre o serviço deles na escola”. (Aluno)

“Todos os segmentos da escola estão envolvidos diretamente com o aluno. Todos, sem exceção, precisam estar presentes”. (Funcionário)

A participação dos pais foi considerada pelos entrevistados tão importante quanto a participação dos professores:

...“essa parceria é fundamental. Sem a presença dos pais, a escola pode muito pouco”... (Prof. M)

“Eu sei da necessidade dos pais participarem da vida escolar dos filhos. Faço um esforço para estar presente. Mas muitos pais não comparecem devido ao trabalho”. (Pai)

“Eles são responsáveis por nós. Precisam saber o que se passa na escola”. (Aluno)

“São três conselhos durante o ano. É preciso que haja um comprometimento maior por parte de todos”.(Funcionário)

Os posicionamentos apresentados nos depoimentos expressam o que para Gonzalez (1987, p. 19), justifica a participação dos pais:

É muito importante para a escola a presença dos pais no conselho. Não só porque permite um melhor acompanhamento do filho, o conhecimento do trabalho dos professores e da situação do aluno, mas porque é uma forma de integrá-los em outras atividades, através de convites diretos. Aos poucos, eles se sentem como alguém que faz parte da escola, na medida em que começam a se fazer presentes.

A escola é um espaço social e, portanto político, formador de opiniões e produtor e reproduzidor de comportamentos sociais, sendo assim, esta é uma instância que precisa garantir um padrão de qualidade de ensino e ministrá-lo com igualdade de condição de acesso e permanência do aluno.

A busca pela autonomia da escola necessita da ousadia de sua Comunidade. A Proposta Pedagógica, ao se constituir em processo democrático de decisões veio para instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico, superando conflitos e buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias. Assim, discussões e decisões passam a nascer e se concretizar na própria escola.

A participação popular melhora a qualidade das decisões tomadas na área da educação e tem um papel fundamental na democratização da gestão. Democratizar a gestão da educação requer, fundamentalmente, que a sociedade possa participar no processo de formulação e avaliação da política de educação e na fiscalização de sua execução, através de mecanismos institucionais.

Segundo Dalben (1992), há uma crença unânime entre professores, coordenadores pedagógicos, funcionários e direção, na importância da ajuda dos pais para o bom desempenho dos alunos nas escolas.

O Conselho de Classe Participativo surge como forma de viabilizar a avaliação do aluno de forma conjunta pelos profissionais da escola. No entanto, esse processo só ganhará sentido se houver um consenso entre os profissionais da escola. Há de haver um cuidado para que esse processo não se torne individualizado e fragmentado.

Considera-se que a reflexão do professor sobre seu próprio trabalho é o melhor instrumento de aprendizagem e de formação em serviço, já que permite a ele se colocar diante de sua própria realidade de maneira crítica.

A democratização da escola e a busca de sua dignidade social é um processo de luta que se trava no âmbito da sociedade e da escola. Exige reflexão, consciência dos diversos condicionantes e limites e, especialmente, lutas pelos espaços possíveis, além de coragem e determinação em face dos avanços necessários. É um trabalho que não se esgota.

A busca do coletivo, do trabalho solidário e da integração diante de objetivos comuns torna o Conselho de Classe uma instância rele-

vante e com um espaço privilegiado na organização do trabalho escolar.

A Instituição Escolar precisa de gestores que percebam a nova realidade social, de docentes que tenham leitura e comprometimento com as transformações que o mundo e o educando requerem, e com uma comunidade que deva participar de todo o processo educacional, como forma de produzir na mesma resultados mais significativos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos desafios impostos pela atual sociedade, deparamo-nos com uma crise de paradigmas que atinge a escola; questiona-se o seu papel como instituição através do crescimento das reivindicações por participação e autonomia – fatores essenciais na busca de um ensino de qualidade.

Considera-se que o Conselho de Classe Participativo na escola pesquisada é uma instância formalmente constituída, responsável pelo processo de discussão coletiva que reflete e decide sobre a aprendizagem e avaliação dos alunos, bem como, sobre todos os demais elementos e ações que compõem a Escola, pois, essa instância tem a autonomia para decidir e avaliar a Instituição e os agentes da educação, no sentido de redirecionar suas ações para os períodos letivos subsequentes.

Percebe-se que a tradição, força que nos precede e induz à repetição das ações cotidianas, é consequência direta dos problemas que ela cria e resolve, ou do comodismo diante do que não se quer resolver, ou diante das incertezas quanto aos resultados positivos das mudanças.

Contudo, percebe-se a ausência de espaços para estudos teóricos aprofundados e permanentes que preparem os professores para lidar com a avaliação.

Apesar das dificuldades que a escola enfrenta quanto à falta de recursos humanos, tecnológicos e espaço físico inadequado, alguns aspectos se destacaram como positivos: a inovação do trabalho pedagógico, por meio de projetos, em consonância com a Proposta Peda-

gógica existente e o Conselho de Classe Participativo, considerado por todos os segmentos da escola como a instância avaliadora mais importante da mesma.

A Proposta do Conselho de Classe Participativo, em andamento, na Escola Estadual de Ensino Fundamental Leonardo Kurtz, desde o ano de 2001, veio mostrar que, com a efetiva participação da comunidade escolar, é possível desenvolver uma forma de gestão democrática voltada à reflexão conjunta sobre as potencialidades e possibilidades de ajudar o aluno no seu desenvolvimento pleno.

Essa ação proporcionou efeitos positivos em toda comunidade escolar, através da receptividade para o diálogo franco e aberto entre pais, professores e alunos. Isso ficou evidenciado na participação de todos nos eventos promovidos pela escola.

Conclui-se que há um avanço no momento em que se percebe que a escola busca a participação de todos os seus segmentos. E, todos os participantes: direção, supervisão, professores, pais, alunos e funcionários são chamados ao diálogo e à reflexão.

Assim, é necessário que todos os envolvidos sejam conscientes de que a escola deve ser um espaço de ensinar e aprender. Necessitam-se de pessoas autônomas, com poder de decisão, solidárias, responsáveis, compromissadas, espertas, críticas, ágeis e criativas. Precisa-se de pessoas dotadas de virtudes.

O Conselho de Classe Participativo mostra que, para se viver em grupo, é preciso participar de forma consciente, dialogando com muita criticidade e autenticidade na busca do bem comum e da verdade.

Salientamos que, hoje, o Conselho de Classe tem sido objeto de pesquisas mais amplas, e a literatura mais recente apresenta em evidência os trabalhos de Ângela Imaculada Loureiro de Freitas Dalben (1992, 2004) e Any Rocha – Conselho de Classe: burocratização ou participação? -, de 1986.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei n° 9394 de 20 de dezembro de 1996. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

_____. Lei n° 5692 de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o Ensino de 1° e 2° Graus.

_____. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

DALBEN, Ângela I. L. de Freitas. **Trabalho escolar e conselho de classe.** Campinas. São Paulo: Papirus, 1992.

_____. **Conselhos de Classe e Avaliação.** Perspectivas na gestão pedagógica da escola. Campinas. São Paulo: Papirus, 2004.

www.encyclopedia.com.br/med2000/pedia98a/prof57jr.htm-17k < Disponível em > Acesso em: 26 nov. 2005. Enciclopédia Digital Master Milênio.

ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL LEONARDO KURTZ. Projeto Político Pedagógico. São Sepé, 2002.

ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL LEONARDO KURTZ. Regimento Escolar. São Sepé, 2002.

GADOTTI, Moacir. **Pressupostos do projeto pedagógico**. In: MEC, Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos. Brasília, 28/08/1994 a 02/09/1994.

GONZALEZ, Elias Nunes. **Conselho de Classe Participativo. Uma experiência comprovada – Fator de integração na Escola**. São Paulo: Edições Loyola, 1987. 37p.

LÜDKE, M.; MEDIANO, Z. & ANDRÉ, Marli E.D.A. (orgs.) **Pesquisa e Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

ROCHA, Any Dutra. **Conselho de Classe: Burocratização ou participação?** 3 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Avaliação da Aprendizagem: Práticas de Mudança – Por uma práxis transformadora**. São Paulo: Libertad, 1998. 125p.

_____. **Planejamento: Projeto de Ensino – Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico**. São Paulo: Libertad, 1999.

_____. **Concepção Dialética – libertadora do processo de avaliação escolar**. São Paulo: Libertad, 2000. 110p.

VEIGA, Ilma P. de A. & REZENDE, Lúcia M. Gonçalves de (org).
Escola: **Espaço do Projeto Político-Pedagógico**. 2 ed. Campinas. SP:
Papyrus, 2000.

6. ANEXOS

ANEXO A

Entrevistas

Segmento: () Pais
() Alunos

- Você considera que a participação da Comunidade Escolar ao Conselho de Classe trouxe benefícios ao processo ensino-aprendizagem?
- No momento do Conselho de Classe, ao ser questionado, você diz o que realmente pensa? Por quê?
- Você gosta de participar do Conselho de Classe?
- Você considera válida a participação dos alunos no Conselho de Classe? Por quê?
- Você acha necessária a participação dos pais? Por quê?
- E dos funcionários? Por quê?
- Como você define a participação do Coordenador Pedagógico junto ao Conselho de Classe?
- O que você pensa sobre o fato do último Conselho de Classe do ano letivo ser realizado apenas na presença dos professores?
- Alguma sugestão?

ANEXO B

Entrevista - Professores

Formação Profissional:.....

Experiência em termos de escola: Tempo no Leonardo:.....

Outra Escolas: Qual rede?..... Tempo:.....

- Você considera que a participação da Comunidade Escolar ao Conselho de Classe trouxe benefícios ao processo ensino-aprendizagem?
- No momento do Conselho de Classe, ao ser questionado, você diz o que realmente pensa? Por quê?
- Você gosta de participar do Conselho de Classe?
- Você considera válida a participação dos alunos no Conselho de Classe? Por quê?
- Você acha necessária a participação dos pais? Porquê?
- E dos funcionários? Por quê?
- Como você define a participação do Coordenador Pedagógico junto ao Conselho de Classe?
- O que você pensa sobre o fato do último Conselho de Classe do ano letivo ser realizado apenas na presença dos professores?
- Alguma sugestão?

ANEXO C

Entrevista - Funcionários

Formação:.....
Experiência em termos de escola: Tempo no Leonardo:.....
Outra Escolas: Qual rede?..... Tempo:.....
Função:.....

- Você considera que a participação da Comunidade Escolar ao Conselho de Classe trouxe benefícios ao processo ensino-aprendizagem?
- No momento do Conselho de Classe, ao ser questionado, você diz o que realmente pensa? Por quê?
- Você gosta de participar do Conselho de Classe?
- Você considera válida a participação dos alunos no Conselho de Classe? Por quê?
- Você acha necessária a participação dos pais? Porquê?
- E dos funcionários? Por quê?
- Como você define a participação do Coordenador Pedagógico junto ao Conselho de Classe?
- O que você pensa sobre o fato do último Conselho de Classe do ano letivo ser realizado apenas na presença dos professores?
- Como você justifica o baixo índice de participação dos funcionários aos Conselhos de Classe?
- Alguma sugestão?